

CAB Cuiabá S/A -
Concessionária de
Serviços Públicos
de Água e Esgoto

**Informações contábeis
intermediárias em 30 de junho de
2017**

Conteúdo

Relatório sobre as informações contábeis intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias	10



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone 55 (16) 3323-6650, Fax 55 (16) 3323-6651
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações intermediárias

Aos
Acionistas e Administradores da
CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Público de Água e Esgoto)
Cuiabá - MT

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto ("Companhia"), em 30 de junho de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as principais notas explicativas selecionadas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, acima referidas, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1).

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 6.412 mil durante o exercício findo em 30 de junho de 2016 e, nessa data, apresenta patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) no montante de R\$ 60.366 mil e prejuízos acumulados no montante de R\$ 115.401 mil. Essas condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota explicativa, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. A continuidade operacional da Companhia depende da capacidade da nova Administração executar os planos de negócio aprovados. Nossa conclusão não possui modificação em relação a esse assunto.

Ribeirão Preto, 28 de agosto de 2017.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marcos Roberto Bassi
Contador CRC 1SP217348/O-5

CAB Cuiabá S/A – Concessionária de Serviços Público de Água e Esgoto

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2017	31/12/2016	Passivo	Nota	30/06/2017	31/12/2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	34.172	21.135	Fornecedores e outras contas a pagar	7	48.246	41.664
Outros investimentos		88	98	Empréstimos e financiamentos	8	253.124	9.866
Depósitos bancários vinculados		3.225	3.085	Debêntures	9	271.545	252.080
Contas a receber e outros recebíveis	4	33.121	30.023	Provisões e encargos trabalhistas		5.194	4.822
Estoques		2.600	3.104	Obrigações fiscais		2.110	1.744
Impostos e contribuições a recuperar		1.830	1.699				
Despesas antecipadas		36	142	Total do passivo circulante		580.219	310.176
Total do ativo circulante		75.072	59.286	Não circulante			
Não circulante				Empréstimos e financiamentos	8	1.106	232.730
Realizável a longo prazo				Provisão para contingências	10	5.585	4.530
Depósitos judiciais		6.720	3.135	Total do passivo não circulante		6.691	237.260
Impostos e contribuições a recuperar		555	555	Patrimônio líquido	11		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	58.537	55.249	Capital social		55.035	55.035
Total do realizável a longo prazo		65.812	58.939	Prejuízos acumulados		(115.401)	(108.989)
Imobilizado	5	3.882	4.809	Total do patrimônio líquido		(60.366)	(53.954)
Intangível	6	381.778	370.448	Total do passivo		586.910	547.436
Total do ativo não circulante		451.472	434.196	Total do patrimônio líquido e passivo		526.544	493.482
Total do ativo		526.544	493.482				

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CAB Cuiabá S/A – Concessionária de Serviços Público de Água e Esgoto

Demonstrações de resultados

Períodos de 6 meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2017	30/06/2016
Receita operacional líquida	15	109.270	93.337
Custo dos serviços prestados	16	<u>(68.393)</u>	<u>(51.826)</u>
Lucro bruto		<u>40.877</u>	<u>41.511</u>
Despesas operacionais			
Comerciais	16	(4.805)	(25.182)
Administrativas e gerais	16	(15.003)	(20.499)
Outras receitas		25	-
Outras despesas		<u>(5)</u>	<u>-</u>
		<u>(19.788)</u>	<u>(45.681)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>21.089</u>	<u>(4.170)</u>
Receitas financeiras	17	2.805	3.196
Despesas financeiras	17	<u>(33.594)</u>	<u>(34.711)</u>
Despesas financeiras líquidas	17	<u>(30.789)</u>	<u>(31.515)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(9.700)</u>	<u>(35.685)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	<u>3.288</u>	<u>12.088</u>
Resultado do período		<u><u>(6.412)</u></u>	<u><u>(23.597)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CAB Cuiabá S/A – Concessionária de Serviços Público de Água e Esgoto

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos de 6 meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	30/06/2017	30/06/2016
Resultado do período	<u>(6.412)</u>	<u>(23.597)</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(6.412)</u></u>	<u><u>(23.597)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CAB Cuiabá S/A – Concessionária de Serviços Público de Água e Esgoto

Demonstrações das mutações do Patrimônio líquido

Períodos de 6 meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2016		55.035	(57.778)	(2.743)
Resultado do período		<u>-</u>	<u>(23.597)</u>	<u>(23.597)</u>
Saldos em 30 de junho de 2016		<u>55.035</u>	<u>(81.375)</u>	<u>(26.340)</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2017		55.035	(108.989)	(53.954)
Resultado do período		<u>-</u>	<u>(6.412)</u>	<u>(6.412)</u>
Saldos em 30 de Junho de 2017	11	<u>55.035</u>	<u>(115.401)</u>	<u>(60.366)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CAB Cuiabá S/A – Concessionária de Serviços Público de Água e Esgoto

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos de 6 meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	30/06/2017	30/06/2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	(6.412)	(23.597)
Ajustes para:		
Provisão de perdas por redução ao valor recuperável	(1.311)	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.525)	19.448
Depreciação e amortização	14.772	13.774
Resultado na venda de imobilizado e intangível	5	3
Provisão para contingências	1.055	498
Impostos de renda e contribuição social diferidos	(3.288)	(12.088)
Juros e multas recebidos de clientes	(2.627)	(2.827)
Juros de atualização de outros investimentos e depósitos vinculados	(175)	(315)
Juros incorridos de empréstimos, financiamentos e debêntures	31.659	32.556
	<u>32.153</u>	<u>27.452</u>
Variações em:		
Redução (aumento) em contas a receber e outros recebíveis	1.054	(9.371)
Redução em estoques	504	317
(Aumento) redução em impostos e contribuições a recuperar	(131)	1.580
Redução em despesas antecipadas	106	91
(Aumento) em depósitos judiciais	(3.585)	(449)
Aumento em fornecedores e outras contas a pagar	6.582	2.976
Aumento em provisões e encargos trabalhistas	372	1.887
Aumento em obrigações fiscais	366	402
	<u>37.421</u>	<u>24.885</u>
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	-	(6.193)
Fluxo de caixa provenientes das atividades operacionais	<u>37.421</u>	<u>18.692</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativo imobilizado	(250)	(48)
Aquisições de ativo intangível	(23.619)	(9.982)
Depósitos vinculados a empréstimos e financiamentos	35	449
Outros investimentos	10	450
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos	<u>(23.824)</u>	<u>(9.131)</u>
Fluxo de caixa das atividade de financiamentos		
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	<u>(560)</u>	<u>(560)</u>
Fluxo de caixa usado nas atividades de financiamento	<u>(560)</u>	<u>(560)</u>
Aumento líquidos em caixa e equivalentes de caixa	<u>13.037</u>	<u>9.001</u>
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	<u>21.135</u>	<u>6.495</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 30 de junho	<u><u>34.172</u></u>	<u><u>15.496</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A CAB Cuiabá S/A -Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto - "Companhia ") constituída em 31 de janeiro de 2012 iniciou suas atividades em 18 de abril de 2012 com o propósito específico de prestação de serviços públicos de água e esgoto no Município de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, e a prestação dos serviços suplementares, conforme definido no contrato de concessão firmado pela Companhia em 17 de fevereiro de 2012 com o Município de Cuiabá (Poder Concedente), decorrente da Concorrência Pública e irá operar o sistema até 2042.

A CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, localizada na Avenida Gonçalo Antunes de Barros, nº 3.196, no Município de Cuiabá- Estado de Mato Grosso, tem como objeto social a prestação de serviços públicos de saneamento básico de água e esgotamento sanitário, compreendendo a produção de água para abastecimento, sua distribuição, operação, conservação e manutenção, além da coleta, tratamento e exploração de esgotos.

A Companhia tem previsão orçamentária para realizar investimentos e consequentemente cumprir as metas contratuais. Em decorrência da situação econômica financeira da Companhia, houve desaceleração de alguns projetos e programas de eficiência operacional, bem como o alongamento de alguns investimentos, sendo mantidos os recursos necessários para preservação do contrato de concessão.

A Companhia espera retomar os investimentos ainda durante o exercício de 2017, considerando que em 20 de julho de 2017, ocorreram alterações societárias, data que foi concluído o Acordo de Investimentos e Outras Avenças (veja nota explicativa 1.2), firmado em 17 de novembro de 2016 entre a Controladora e seus acionistas, a Galvão Participações S.A. (em recuperação judicial) e o BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, juntamente com o Banco Votorantim S.A. e a RKP BRL Investments I LLC.

Conforme demonstração financeiras relativas ao período findo em 30 de junho de 2017, a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 6.412 durante o período findo em 30 de junho de 2016 e, nessa data, apresenta patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) no montante de R\$ 60.366 e prejuízos acumulados no montante de R\$ 115.401. Adicionalmente o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$ 505.147, principalmente pela reclassificação do passivo não circulante para o passivo circulante no montante de R\$ 242.042 e R\$ 271.545, de empréstimos e financiamentos e debêntures, respectivamente, ensejado pelo descumprimento de cláusulas contratuais ("covenants") em contratos de credores, conforme detalhado na notas explicativas 8 e 9. Em 18 de agosto de 2017 conforme nota explicativa nº 21, foi

restabelecido o atendimento do *covenants* com o obtenção de *waiver* junto aos credores.

1.1 Processo de Intervenção do Poder Concedente

A Prefeitura Municipal de Cuiabá, através do Decreto nº 6.009 de 02 de maio de 2016, instituiu a intervenção pelo prazo de 180 dias na controlada CAB Cuiabá - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, sendo em 03 de maio de 2016 sancionada a Lei nº 6.058 autorizando tal intervenção, nomeando como interventor o Sr. Marcelo de Oliveira e Silva, ao qual, pelo prazo da intervenção, foi atribuída a edição dos atos de gestão e administração.

Neste sentido, durante o processo de intervenção, a concessionária tinha como objetivo, executar serviços de setorização, combate à perda, concretização dos sistemas de contra lavagem das ETA's Ribeirão do Lipa e Tijucal I, para garantir o equilíbrio dos sistemas e melhor eficiência nos processos da ETA Tijucal I e ETA Ribeirão do Lipa, que proporcionaria ganho de produção e melhor qualidade da água.

Em 27 de outubro de 2016, mediante o Decreto nº 6.130 foi prorrogado o prazo de intervenção para 15 de dezembro de 2016, sendo firmado entre o poder concedente e a controlada em 28 de novembro de 2016, por intermédio do Ministério Público do Estado do Mato Grosso, 17ª Promotoria de Justiça de Defesa Ambiental, da Ordem Urbanística e do Patrimônio Cultural de Cuiabá, 29ª Promotoria de Justiça Cível, um compromisso de ajustamento de conduta estabelecendo as seguintes condições para retomada da concessão pela controlada: termo aditivo a ser celebrado entre as partes, definindo principalmente a (i) execução de Plano Emergencial de Investimentos, (ii) execução de Plano de Investimentos, (iii) garantia de execução do contrato e (iv) troca de controle acionário da Iguá Saneamento S.A e anuência dos eventuais sucessores para efetivação da transferência de controle acionário.

Desta forma, em 29 de novembro de 2016, em cumprimento ao compromisso de ajustamento de conduta, foi celebrado o segundo termo aditivo ao contrato de concessão dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, definindo todas as premissas necessárias e atribuindo a retomada da execução do contrato pela controlada a partir da efetivação do acordo de investimentos da Companhia, cuja conclusão ocorreria até 15 de maio de 2017.

Por meio do decreto nº 6.279 de 24 de maio de 2017, houve prorrogação do prazo para fechamento das operações definidas no segundo termo aditivo do contrato de concessão por mais 45 dias a contar de 25 de maio de 2017, permanecendo a intervenção vigente durante este período ou até a efetivação do acordo de investimentos, respeitado o prazo de prorrogação estabelecido pelo decreto.

Em 13 de julho de 2017, por meio do decreto nº 6.315, foi extinta a intervenção do poder concedente na Companhia, sendo retomada a gestão dos serviços pela concessionária.

1.2 Acordo de investimento

Em 20 de julho de 2017, foram concluídos todos os atos do fechamento previstos no Acordo de Investimento, sendo efetivadas as operações:

- a) A Controladora (i) alterou a razão social de Companhia de Águas do Brasil – CAB ambiental para Iguá Saneamento S.A.; (ii) aumentou o capital social no montante de R\$ 255.915, sendo R\$ 185.915 mediante conversão das cédulas de crédito e debêntures no valor total de R\$ 102.682 e R\$ 83.233 respectivamente, na data base 31 de outubro de 2016 e R\$ 70.000 em moeda corrente; (iii) passou a ser controlada pela Iguá Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia; e (iv) emitiu em 5 de maio de 2017 debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações, em série única, no valor total de R\$ 49.163, integralizadas em 21 de julho de 2017 mediante transferência por dação de 20% do saldo devedor das debêntures da Companhia cedido pelo Banco Votorantim S.A., apurado na data base de 31 de outubro de 2016, sendo a controladora, a partir desta data, debenturista até o aumento de capital por meio da integralização desses créditos na Companhia;
- b) Foi firmado o segundo aditamento ao instrumento particular de escritura da primeira emissão de debêntures da Companhia, estabelecendo (i) a alteração do valor nominal das debêntures para fins de incorporação dos juros remuneratórios, desde a data de emissão até a data de repactuação, para o montante total de R\$ 273.602 e valor nominal unitário de R\$ 15; (ii) a ser pago semestralmente, sendo a primeira parcela devida em 15 de setembro de 2019 e a última em 15 de setembro de 2024; (iii) com remuneração de 100% do CDI ao ano, base 252 dias úteis acrescida da sobretaxa de 3% até a data de vencimento, a ser paga semestralmente a partir de 15 de setembro de 2018; (iii) e, constituição da conta reserva em montante equivalente a 50% do valor do principal e juros remuneratórios vincendos até o final do período de capitalização da remuneração e, constituição da conta pagamento a partir do 6º mês que antecede o vencimento da parcela, mediante recursos mensais equivalentes a 1/6 do montante vincendo, ambas a ocorrer a partir de 15 de março de 2018;
- c) Nesta data foi efetivado o primeiro aditivo ao contrato de financiamento firmado em 14 de dezembro de 2016 entre a Companhia e o BNDES, suspendendo a exigibilidade do pagamento de juros do subcrédito “A” até 15 de agosto de 2018 e do subcrédito “B” até 15 de novembro de 2017 bem como a exigibilidade dos pagamentos do principal da dívida relativa ao subcrédito “A” até 15 de agosto de 2019 e do subcrédito “B” até 15 de novembro de 2018 com a capitalização de juros e principal devidos no período.

2 Apresentação das informações contábeis intermediárias e principais políticas contábeis

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que segue o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações. As informações de notas explicativas que não foram significativamente alteradas ou aquelas que apresentaram divulgações irrelevantes em comparação a 31 de dezembro de 2016 não foram repetidas integralmente nestas informações contábeis intermediárias. Entretanto, informações foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridos, possibilitando o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações da Companhia desde a publicação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e não tiveram alterações relevantes em relação as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

A emissão das informações contábeis intermediárias da Companhia foi autorizada pela Administração em 28 de agosto de 2017.

b. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Não há normas e interpretações que entraram em vigor ou que se espera impacto significativo sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia, além daquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo bancário	34.171	21.080
Aplicações financeiras	1	55
Total	<u>34.172</u>	<u>21.135</u>

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários com remuneração média anual atrelada ao CDI de 10,00% em 30 de junho de 2017 (10,00% em 31 de dezembro de 2016) e com previsibilidade de resgate imediato.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de mercado, de crédito e de mensuração do valor justo relacionados a caixa e equivalentes de caixa estão incluídas na nota explicativa nº 13.

4 Contas a receber e outros recebíveis

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Contas a receber		31.169	27.784
Adiantamentos		895	1.203
Partes relacionadas - operações mensais	18	195	195
Outros		862	841
Total		33.121	30.023

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito, de mercado, mensuração do valor justo e perdas por redução ao valor recuperável relacionados as contas a receber e outros recebíveis está divulgada na nota explicativa nº 13.

5 Imobilizado

a. Conciliação do valor contábil

	<u>Máquinas, aparelhos e equipamentos</u>	<u>Benfeitorias imóveis terceiros</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Computadores e periféricos</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
Custo						
Saldo em 1º de janeiro de 2016	2.364	-	1.048	2.038	6.543	11.993
Adições	260	-	-	11	2	273
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.624	-	1.048	2.049	6.545	12.266
Adições	133	31	-	86	-	250
Baixas	-	-	(5)	-	-	(5)
Saldo em 30 de junho de 2017	2.757	31	1.043	2.135	6.545	12.511
Depreciação						
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(708)	-	(211)	(915)	(3.256)	(5.090)
Adições	(347)	-	(107)	(409)	(1.504)	(2.367)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(1.055)	-	(318)	(1.324)	(4.760)	(7.457)
Adições	(186)	-	(51)	(186)	(749)	(1.172)
Saldo em 30 de junho de 2017	(1.241)	-	(369)	(1.510)	(5.509)	(8.629)
Valor líquido contábil						
Em 31 de dezembro de 2016	1.569	-	730	725	1.785	4.809
Em 30 de junho de 2017	1.516	31	674	625	1.036	3.882

Garantia

Em 30 de junho o valor contábil dos bens do ativo imobilizado classificados como veículos dados como garantia de financiamento bancário na modalidade de Fname totalizam R\$ 2.234, conforme descrito na nota explicativa nº 8.

b. Provisão para redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Companhia avalia, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação. A avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, considerando variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercados entre outros.

O resultado de tal avaliação não apontou necessidade de provisão para redução ao valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas em 30 de junho de 2017.

6 Intangível

a. Conciliação do valor contábil

	Intangível ICPC 01 (R1) (i)	Outorga concessão (ii)	Software	Total
Custo				
Saldo em 1º de janeiro de 2016	275.450	146.255	6.228	427.933
Adições	41.686	-	562	42.248
Baixas	(6)	-	-	(6)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	317.130	146.255	6.790	470.175
Adições	23.518	-	101	23.619
Saldo em 30 de junho de 2017	340.648	146.255	6.891	493.794
Amortização e provisão para perdas por redução ao valor recuperável				
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(29.512)	(15.181)	(2.849)	(47.542)
Adições	(19.497)	(4.982)	(1.298)	(25.777)
Provisão de perdas por redução ao valor recuperável	(26.408)	-	-	(26.408)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(75.417)	(20.163)	(4.147)	(99.727)
Adições	(10.552)	(2.374)	(674)	(13.600)
Ajuste da amortização após reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável	1.311	-	-	1.311
Saldo em 30 de junho de 2017	(84.658)	(22.537)	(4.821)	(112.016)
Valor líquido contábil				
Em 31 de dezembro de 2016	241.713	126.092	2.643	370.448
Em 30 de junho de 2017	255.990	123.718	2.070	381.778

(i) Intangível ICPC 01 (R1)

	Taxa média de amortização % a.a. (*)	31/12/2016		30/06/2017	
		Custo	Adições	Transferências	Custo
		Controle tecnológico	10,00	31.918	1.535
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10,01	138.614	6.631	170	145.415
Rede de água	4,00	124.865	11.708	171	136.744
Rede de esgoto	4,00	15.646	640	1	16.287
Obras em andamento		5.147	3.004	(342)	7.809
Outros		940	-	-	940
Total		317.130	23.518	-	340.648

(*) Os prazos de amortização não excedem os prazos das concessões.

(ii) Outorga de Concessão

Refere-se a outorga fixa paga em decorrência de contrato de concessão, que está sendo amortizada linearmente pelo prazo de concessão.

	Taxa média de amortização % a.a.	31/12/2016		30/06/2017	
		Custo	Adição	Custo	
Intangível	3,36	146.255	-	146.255	

b. Amortização

O ativo intangível, registrado na rubrica intangível ICPC 01 (R1), refere-se exclusivamente aos gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear, considerando como início da amortização a data de aquisição do bem ou a data de término das obras.

c. Teste por redução ao valor recuperável

Os ativos intangíveis com vida útil definida têm seu valor recuperável testado caso haja indicativo de perda de valor. A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão em 30 de junho de 2017.

Em 31 de dezembro de 2016, a Empresa reconheceu uma provisão para redução ao valor recuperável de R\$ 26.408 em virtude da premissa adotada na revisão do Plano de Negócio, projetado com a antecipação de alguns investimentos e inclusão de investimentos adicionais, desconsiderando eventuais reajustes provenientes da necessidade de reequilíbrio contratual, os quais serão pleiteados junto ao Poder Concedente quando incorrerem.

O valor recuperável desta UGC foi baseado no valor em uso sendo o fluxo de caixa estimado pela Administração, descontado pela taxa de 12,79% em 31 de dezembro de 2016, referente ao custo médio ponderado de capital - *Weighted Average Cost of Capital* (WACC), calculada com base em premissas de mercados comparáveis.

Após o reconhecimento da perda por desvalorização, a despesa de amortização foi ajustada para alocar o valor contábil revisado do ativo ao longo de sua vida útil remanescente.

7 Fornecedores e outras contas a pagar

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fornecedores diversos		24.054	21.938
Partes relacionadas - operações mensais	18	22.465	18.045
Adiantamentos		337	366
Outras contas a pagar diversas		1.390	1.315
Total		<u>48.246</u>	<u>41.664</u>

A Companhia avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores em 30 de junho de 2017 e concluiu que os valores não geram ajustes materiais nas informações contábeis intermediárias.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de liquidez e mensuração do valor justo relacionados a fornecedores e outras contas a pagar está divulgada na nota explicativa nº 13.

8 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, liquidez, mensuração do valor justo e uma análise de sensibilidade decorrentes destes financiamentos, veja nota explicativa nº 13.

<u>Linha de Crédito</u>	<u>Nota</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>		<u>Vencimento</u>	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
			<u>médios a.a (%)</u>				
Finame			3,96		2016 a 2019	2.234	2.794
BNDES - partes relacionadas	18	TJLP	10,26		2016 a 2032	247.433	235.370
Conta corrente - partes relacionadas	18					7.167	7.167
(-) Custo de transação					2016 a 2032	(2.604)	(2.735)
Total						<u>254.230</u>	<u>242.596</u>
Passivo circulante						253.124	9.866
Passivo não circulante						1.106	232.730

a. Termos e cronograma de amortização da dívida

A garantia do Finame é a alienação fiduciária dos bens móveis adquiridos.

As principais garantias do financiamento concedido pelo BNDES é o penhor de ações de emissão da Companhia, cessão fiduciária dos direitos provenientes do contrato de concessão e constituição de conta reserva com saldo não inferior a três prestações vincendas de amortização de principal e juros.

Os empréstimos e financiamentos possuem os seguintes vencimentos:

30 de junho de 2017	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 30 meses
Finame	2.234	1.128	880	226
BNDES - partes relacionadas	247.433	247.433	-	-
Conta corrente - partes relacionadas	7.167	7.167	-	-

31 de dezembro de 2016	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 189 meses
Finame	2.794	1.126	1.055	613	-	-	-
BNDES - partes relacionadas	235.370	1.843	17.895	17.895	17.895	17.895	161.947
Conta corrente - partes relacionadas	7.167	7.167	-	-	-	-	-

Em 14 de dezembro de 2016 foi celebrado entre a Companhia e o BNDES o primeiro aditivo ao contrato de financiamento, suspendendo a exigibilidade do pagamento de juros do subcrédito "A" até 15 de agosto de 2018 e do subcrédito "B" até 15 de novembro de 2017 bem como a exigibilidade dos pagamentos do principal da dívida relativa ao subcrédito "A" até 15 de agosto de 2019 e do subcrédito "B" até 15 de novembro de 2018 com a capitalização de juros e principal devidos no período. Tais alterações de exigibilidade estavam condicionadas à efetivação do acordo de investimento da Controladora, cujo fechamento ocorreu em 20 de julho de 2017, conforme notas explicativas nº1 e 21.

No início do contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia incorreu em R\$ 3.273 de custos de transação, cujo saldo a apropriar em 30 de junho de 2017 é de R\$ 2.604 (R\$ 2.735 em 31 de dezembro de 2016). Decorrente desse custo de transação a taxa efetiva de juros do período, do contrato de financiamento é de 11,95% a.a. em 30 de junho de 2017 idêntico em 31 de dezembro de 2016.

A seguir é apresentado o montante de custos de transação registrado em financiamentos, a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

30 de junho de 2017	Valor contábil	12 meses
Financiamentos	2.604	2.604

31 de dezembro de 2016	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 189 meses
Financiamentos	2.735	270	263	255	246	236	1.465

Quebra e restabelecimento do cumprimento de cláusulas contratuais (“covenants”)

Em 30 de abril de 2017, a companhia descumpriu a cláusula contratual (“covenants”) em contrato de financiamento junto ao BNDES, XVI – Apresentar ao BNDES, durante o período de vigência do presente contrato, até 30 de abril de cada ano, suas demonstrações financeiras completas anuais relativas ao exercício anterior, auditadas por auditores externos independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários – CVM e como consequência, todos os contratos de financiamento com BNDES do Grupo deixaram de atender o Capítulo IX – do inadimplimento e das penalidades artigo 39 das disposições aplicáveis aos contratos do BNDES. Desta forma, foi reclassificado o montante de R\$ 242.042 do passivo não circulante para o passivo circulante. Em 18 de agosto de 2017 conforme nota explicativa nº 21 – eventos subsequentes, foi restabelecido o atendimento do *covenants*.

9 Debêntures

<u>Linha de crédito</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>		<u>Vencimento</u>	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
		<u>médios a.a (%)</u>				
Debêntures	CDI	14,03		2016 a 2024	271.545	252.080

Em 15 de setembro de 2014 a Companhia emitiu 17.950 debêntures da espécie com garantia real, não conversíveis em ações, no montante de R\$ 179.500, com amortização semestral a partir de 2016 e vencimento final em 2024, incidência de juros de 100% do CDI ao ano na base 252 dias úteis, acrescida de sobretaxa anual de 3% ao ano nos dois primeiros anos de vigência e de 4% ao ano pelo prazo remanescente. As garantias das debêntures consistem no penhor de ações e de qualquer forma de remuneração paga aos acionistas e a cessão fiduciária de direitos emergentes do contrato de concessão pública.

Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, liquidez, de mensuração do valor justo e uma análise de sensibilidade decorrentes destes financiamentos, veja nota explicativa nº 13.

As debêntures possuem os seguintes vencimentos:

<u>30 de junho de 2017</u>	<u>Valor</u>	
	<u>contábil</u>	<u>12 meses</u>
Debêntures	271.545	271.545

<u>31 de dezembro de 2016</u>	<u>Valor</u>	
	<u>contábil</u>	<u>12 meses</u>
Debêntures	252.080	252.080

Quebra e restabelecimento do cumprimento de cláusulas contratuais (covenants)

A Companhia não cumpriu a obrigação relativa as Garantias Reais conforme prevista na cláusula restritiva 7.2, (ii) de transferir para “conta reserva debêntures” até o 6º mês anterior ao primeiro pagamento do valor nominal principal e juros remuneratórios, recurso em montante equivalente a 50% do valor do serviço da dívida, bem como de transferir para “conta pagamento debêntures” a partir do 6º mês que antecede o pagamento de qualquer serviço da dívida, recursos mensais equivalentes a 1/6 do serviço da dívida, obtendo prorrogação do referido prazo para 03 de outubro de 2016 conforme ata de Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 15 de setembro de 2016. A parcela de principal e juros vincenda em 15 de setembro de 2016 não foi liquidada. Conseqüentemente o montante de R\$ 271.545 foi reclassificado do passivo não circulante para o passivo circulante.

Em 20 de julho de 2017, conforme notas explicativas nº 1 e 21, foi firmado o segundo aditamento ao instrumento particular de escritura da primeira emissão de debêntures da Companhia, estabelecendo (i) a incorporação dos juros ao valor nominal, (ii) vencimento do valor nominal a partir de 15 de setembro de 2019 e da remuneração a partir de 15 de setembro de 2018, ambos em parcelas semestrais, (iii) redução da sobretaxa para 3%, (iv) constituição da conta reserva e da conta pagamento a partir de 15 de março de 2018. Desta forma, a Companhia restabele o cumprimento da obrigação contratual e a partir desta data reclassifica o montante vincendo no longo prazo para o passivo não circulante.

10 Provisão para contingências

A Companhia, baseadas na opinião de seus consultores jurídicos externos, avaliam as probabilidades de ter contra si a materialização de determinadas contingências passivas de naturezas trabalhistas, previdenciárias, ambientais, tributárias, cíveis e outras. A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores jurídicos.

A Companhia considera existir riscos efetivos e registrou em 30 de junho de 2017 provisão no valor de R\$ 5.585 (R\$ 4.530 em 31 de dezembro de 2016).

	Cíveis e trabalhistas	
	30/06/2017	31/12/2016
Saldo inicial	4.530	2.338
Adições	1.138	2.237
Reversões	(83)	(45)
Saldo final	5.585	4.530

Contingências passivas não provisionadas

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras são de natureza cível e trabalhista, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 24.489 (R\$ 18.154 em 31 de dezembro de 2016), para os

quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

11 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 30 de junho de 2017 está representado por 55.035.015 ações ordinárias (idêntico em 31 de dezembro de 2016), pertencentes aos seguintes acionistas:

	Em % de participação	
	30/06/2017	31/12/2016
Iguá Saneamento S.A (*)	80%	80%
PCT Participações Ltda.	20%	20%
Total	100%	100%

(*) Anteriormente denominada Companhia de Águas do Brasil – CAB ambiental.

b. Natureza e propósito das reservas

(i) Reservas de lucros

- Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social quando aplicável nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia não determina o dividendo mínimo obrigatório, consequentemente a Lei 6.404/76 determina que deve ser no mínimo de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma dessa lei.

A Companhia possui algumas obrigações especiais a cumprir integrantes do contrato de financiamento firmado com o BNDES e, dentre estas obrigações, não poderá distribuir quaisquer recursos aos acionistas sob a forma de dividendos acima do limite mínimo legal ou juros sobre o capital próprio até o término do prazo de execução e conclusão do projeto financiado.. A partir do ano civil seguinte, poderá haver a distribuição dos referidos recursos, desde que sejam atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- Manutenção do índice de cobertura do serviço da dívida estipulado; e
- Adimplemento no cumprimento de todas as obrigações assumidas.

12 Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do período é apresentada a seguir:

	30/06/2017	31/12/2016
Total do passivo	586.910	547.436
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(34.172)	(21.135)
(=) Passivo líquido (A)	552.738	526.301
Total do patrimônio líquido (B)	(60.366)	(53.954)
Relação da dívida líquida pelo patrimônio (A/B)	(9,16)	(9,75)

13 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		Valor contábil			Valor justo
		Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Total
30 de junho 2017	Nota	Nível 2			
Ativos financeiros mensurados ao valor justo					
Aplicações financeiras	3	1	-	-	1
Outros investimentos		88	-	-	88
Depósitos bancários vinculados		3.225	-	-	3.225
Total		3.314	-	-	3.314
 Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa	3	-	34.171	-	34.171
Contas a receber e outros recebíveis	4	-	33.121	-	33.121
Total		-	67.292	-	67.292
 Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo					
Fornecedores e outras contas a pagar	7	-	-	48.246	48.246
Empréstimos e financiamentos (*)	8	-	-	256.834	256.834
Debêntures	9	-	-	271.545	271.545
Total		-	-	576.625	576.625

**CAB Cuiabá S/A – Concessionária de Serviços
Públicos de Água e Esgoto**
Informações contábeis intermediárias
em 30 de junho de 2017

		Valor contábil			Valor justo	
		Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Total	Nível 2
31 de dezembro 2016						
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Aplicações financeiras	3	55	-	-	55	55
Outros investimentos		98	-	-	98	98
Depósitos bancários vinculados		3.085	-	-	3.085	3.085
Total		3.238	-	-	3.238	3.238
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Caixa e equivalentes de caixa	3	-	21.080	-	21.080	
Contas a receber e outros recebíveis	4	-	30.023	-	30.023	
Total		-	51.103	-	51.103	
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Fornecedores e outras contas a pagar	7	-	-	41.664	41.664	
Empréstimos e financiamentos (*)	8	-	-	245.331	245.331	
Debêntures	9	-	-	252.080	252.080	
Total		-	-	539.075	539.075	

(*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

b. Mensuração do valor justo

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 30 de junho de 2017.

c. Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Contas a receber e outros recebíveis

A companhia tem atualmente recebíveis no segmento de saneamento.

Como principal mitigador o risco de crédito no contrato de concessão, a Companhia detém o controle direto dos recebíveis e o fornecimento dos serviços e, além disso, existe cláusula contratual prevendo indenização em caso de renúncia do poder concedente, demonstrando o controle sobre os recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações contábeis intermediárias foi:

	Nota	30/06/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa	3	34.172	21.135
Outros investimentos		88	98
Depósitos bancários vinculados		3.225	3.085
Contas a receber e outros recebíveis (*)	4	32.226	28.820
Total		69.711	53.138

(*) Não foi considerado o montante de outros recebíveis referente aos adiantamentos.

Perdas por redução no valor recuperável

A composição por vencimento dos recebíveis de clientes na data das informações contábeis intermediárias foram as seguintes:

**CAB Cuiabá S/A – Concessionária de Serviços
Públicos de Água e Esgoto**
Informações contábeis intermediárias
em 30 de junho de 2017

	30/06/2017	31/12/2016
A vencer	24.947	23.232
Vencidos de 1 a 30 dias	4.876	5.292
Vencidos de 31 a 90 dias	2.124	2.583
Vencidos de 91 a 120 dias	311	669
Vencidos de 121 a 180 dias	499	1.154
Acima de 181 dias	32.065	30.032
Total	64.822	62.962

Os valores acima apresentados não contemplam as provisões para perdas de crédito de liquidação duvidosa.

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação ao contas a receber e outros recebíveis durante o exercício foi o seguinte:

Saldo em 1º de janeiro de 2016	23.938
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecida	22.325
Valores baixados	(11.085)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	35.178
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecida	4.150
Valores baixados	(5.675)
Saldo em 30 de junho de 2017	33.653

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é relacionada a vários clientes usuários dos serviços prestados de água e esgoto. É constituída pela provisão do saldo de contas a receber corrente em atraso acima de 180 dias, que indica que os clientes não devem pagar seus saldos e sobre os títulos renegociados cujos acordos não foram cumpridos.

A Companhia também constituiu provisão complementar para contas a receber corrente e renegociações a vencer e vencidos há menos de 180 dias proveniente de clientes que possuem fatura (s) inserida (s) na provisão para perda de crédito de liquidação duvidosa.

Desta forma, a composição da provisão por perdas ao valor recuperável é a seguinte:

	30/06/2017
Provisão de títulos vencidos acima de 180 dias	32.065
Provisão sobre títulos a vencer e vencidos até 180 dias	1.588
Total	33.653

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na

(iv) **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI e a TJLP.

Exposição ao risco de taxa de juros

Na data das informações contábeis intermediárias, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

	Nota	30/06/2017	31/12/2016
Ativos financeiros			
Aplicações financeiras	3	1	55
Outros investimentos		88	98
Depósitos bancários vinculados		3.225	3.085
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	8	247.433	235.370
Debêntures	9	271.545	252.080

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo do endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do período de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 30/06/2017	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	1	CDI	5,75	-	7,18	-	8,62	-
Depósitos bancários vinculados	3.225	CDI	7,71	249	9,64	310	11,56	374
Outros investimentos	88	CDI	6,92	6	8,65	8	10,38	9
Passivos financeiros								
BNDES - partes relacionadas	(247.433)	TJLP	7,00	(17.320)	8,75	(21.650)	10,50	(25.981)
Debêntures	(271.545)	CDI	7,36	(19.986)	9,20	(24.982)	11,04	(29.979)
Total líquido de ativos e passivos financeiros	(515.664)			(37.051)		(46.314)		(55.577)
Impacto no resultado e patrimônio líquido						(9.263)		(18.526)

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 30/06/2017	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	1	CDI	5,75	-	4,31	-	2,87	-
Depósitos bancários vinculados	3.225	CDI	7,71	249	5,78	186	3,85	124
Outros investimentos	88			6	5,19	5	3,46	3
Passivos financeiros								
BNDES - partes relacionadas	(247.433)	TJLP	7,00	(17.320)	5,25	(12.990)	3,50	(8.660)
Debêntures	(271.545)	CDI	7,36	(19.986)	5,52	(14.989)	3,68	(9.992)
Total líquido de ativos e passivos financeiros	(515.664)			(37.051)		(27.788)		(18.525)
Impacto no resultado e patrimônio líquido						9.263		18.526

Fontes: a informação CDI da TJLP foi extraída do Focus - Relatório de Mercado divulgado pelo BACEN, na data-base do último dia útil de junho de 2017.

(v) **Risco de preço**

A presente estrutura tarifária cobrada aos consumidores é regulada pelo poder concedente, que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Determinadas situações permitem a Companhia requerer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão que naturalmente deverá ser aprovado pelo órgão regulador e poder concedente.

14 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

Imposto de renda e contribuição social	Ativo		Passivo		Resultado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	30/06/2016
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social (a)	48.134	44.376	-	-	3.758	7.479
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.859	5.642	-	-	217	4.900
Custo de transação de empréstimos	-	-	1.445	1.499	54	59
Contas a receber e imobilizado - líquidos - contratos de concessão	-	-	1.747	1.768	21	21
Direitos a faturar	-	-	2.926	2.489	(437)	(768)
Provisão para contingências	1.899	1.540	-	-	359	169
Perdas por redução a valor recuperável	8.534	8.979	-	-	(445)	-
Outras provisões	229	468	-	-	(239)	228
	64.655	61.005	6.118	5.756	3.288	12.088
Compensação (*)	(6.118)	(5.756)	(6.118)	(5.756)	-	-
Total	58.537	55.249	-	-	3.288	12.088

- (a) Com base na estimativa dos planos de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais acumulados, considerando que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para compensação de tais perdas.

- (*) Saldos de ativos fiscais diferidos compensados, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

**CAB Cuiabá S/A – Concessionária de Serviços
Públicos de Água e Esgoto**
Informações contábeis intermediárias
em 30 de junho de 2017

Reconciliação da taxa efetiva	30/06/2017	30/06/2016
Resultado do período antes dos impostos	(9.700)	(35.685)
Alíquota nominal	34%	34%
Crédito com imposto à alíquota nominal	3.298	12.133
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Despesas não dedutíveis	(10)	(45)
Imposto diferido	3.288	12.088
Alíquota efetiva	34%	34%

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

15 Receita operacional líquida

	30/06/2017	30/06/2016
Saneamento	100.646	98.228
Construção	21.984	7.531
Serviços	10.494	6.687
Abatimentos e cancelamentos	(14.050)	(10.184)
Impostos sobre serviços	(9.804)	(8.925)
Total	109.270	93.337

16 Custos e despesas por natureza

Custos dos serviços prestados	30/06/2017	30/06/2016
Construção	(21.984)	(7.531)
Materiais diretos	(20.141)	(20.258)
Depreciação e amortização	(10.552)	(8.044)
Custos com pessoal	(9.010)	(8.903)
Materiais indiretos	(8.360)	(7.425)
Crédito de Pis e Cofins	343	335
Perdas por redução a valor recuperável	1.311	-
Total	(68.393)	(51.826)
Despesas comerciais	30/06/2017	30/06/2016
Outras despesas comerciais	(3.596)	(3.054)
Depreciação e amortização	(1.557)	(1.486)
Despesa com pessoal	(1.177)	(1.194)
Reversão / (Provisão) para crédito de liquidação duvidosa	1.525	(19.448)
Total	(4.805)	(25.182)

Despesas administrativas	30/06/2017	30/06/2016
Serviços contratados	(7.273)	(6.837)
Despesas com pessoal	(2.969)	(6.600)
Depreciação e amortização	(2.663)	(4.244)
Outras despesas	(2.098)	(2.818)
Total	(15.003)	(20.499)

17 Despesas financeiras líquidas

	30/06/2017	30/06/2016
Receitas financeiras		
Juros e multas recebidos de clientes	2.627	2.827
Juros de aplicações financeiras, outros investimentos e depósitos bancários	175	315
Descontos obtidos	3	54
Total	2.805	3.196
Despesas financeiras		
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	(31.659)	(32.556)
Comissões e despesas bancárias	(1.382)	(1.172)
Outras despesas financeiras	(553)	(983)
Total	(33.594)	(34.711)
Despesas financeiras líquidas	(30.789)	(31.515)

18 Partes relacionadas

a. Controladora

A parte controladora direta e final da Companhia é a Iguá Saneamento S.A, onde são consolidadas estas informações contábeis intermediárias.

b. Remuneração de pessoal chave da administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Em 30 de junho de 2017 foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, entre outros), contabilizados nas rubricas "Custos dos serviços prestados e Despesas administrativas e gerais".

Remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

	30/06/2017	30/06/2016
Remuneração da diretoria	385	893
Remuneração variável	100	1.561
Encargos sociais	83	397
Benefícios diretos e indiretos	11	66
Total	579	2.917

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

c. Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, bem como as transações que influenciaram os resultados dos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016, relativas a operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

Circulante	Ativo		Passivo		Resultado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	30/06/2016
Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber	(Nota 4)	(Nota 4)	(Nota 7)	(Nota 7)		
Galvão Engenharia S.A. (em recuperação judicial)						
- Contrato particular de construção	(a)	-	1.081	1.081	-	-
- Centro de serviços compartilhados - CSC	(b)	42	-	-	-	-
Iguá Saneamento S.A.						
- Contrato de assistência técnica	(c)	-	7.775	5.130	(2.645)	(3.432)
- Repasse de custos financeiros compartilhados	(d)	-	9.556	9.556	-	-
- Centro de serviços compartilhados - CSC	(b)	-	1.236	402	(1.102)	(269)
- Repasse de recursos e custos com serviços compartilhados	(e)	-	-	-	-	-
PCT Participações Ltda						
- Contrato de assistência técnica	(c)	-	2.361	1.420	(942)	(590)
Repasse de recursos e custos com serviços compartilhados	(d)	153	456	456	(36)	43
Total		195	22.465	18.045	(4.725)	(4.248)
Em empréstimos e financiamentos			(Nota 8)	(Nota 8)		
Conta corrente	(e)	-	7.167	7.167	-	-
Financiamento - BNDES	(f)	-	247.433	1.843	(12.064)	(14.613)
Total		-	254.600	9.010	(12.064)	(14.613)
Não circulante						
Em empréstimos e financiamentos			(Nota 8)	(Nota 8)		
Financiamento - BNDES	(f)	-	-	233.527	-	-
Total		-	-	233.527	-	-

- (a) Refere-se ao contrato particular de engenharia, construção das obras civis, fornecimento e montagem entre a Companhia e a Galvão Engenharia S.A. - em recuperação judicial. O valor global do contrato totaliza R\$ 492.605. Este contrato está em processo de formalização de rescisão.
- (b) Refere-se a repasses de recursos em virtude de estrutura administrativa compartilhada entre a Companhia e a controladora Iguá Saneamento S.A, a serem pagos em parcelas mensais fixas de R\$ 134.
- (c) Contrato de assistência técnica entre a Companhia e suas acionistas com vigência até o término do contrato de concessão. Em 30 de junho de 2017, o prazo remanescente é de 26 anos e as parcelas mensais a serem pagas equivalem a 5% da receita.
- (d) Repasse com gastos alocados temporariamente entre as partes relacionadas para prestação de serviços administrativos (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais (engenheiros), cuja mensuração é efetuada mediante rateio de tempo despendido.

- (e) Refere-se ao contrato de conta corrente entre a Companhia e sua controladora Iguá Saneamento S.A, no qual cada uma das partes pode estar simultaneamente na posição de credora e devedora, com direitos e obrigações recíprocas, podendo a qualquer momento o numerário ser exigido e restituído imediatamente.
- (f) Refere-se ao contrato de financiamento firmado junto ao BNDES, contendo maiores detalhes na nota explicativa nº 8.

19 Cobertura de seguros

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros contra riscos operacionais são as seguintes:

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Patrimonial riscos diversos + equipamentos		123.851	110.499
Responsabilidade civil		15.000	15.000
Seguro garantia	20b	-	28.604
Total		<u>138.851</u>	<u>154.103</u>

20 Compromissos

a. Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, que corresponde a 5% da receita líquida.

Durante o exercício findo em 30 de junho de 2017, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 4.698 (R\$ 4.126 em 30 de junho de 2016) referente ao direito de outorga variável.

b. Compromissos vinculados ao contrato de concessão

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia até 30 de junho de 2017 está se empenhando para cumprir com investimentos mínimos necessários referente aos compromissos contratuais, incluindo metas, que conforme mencionado na nota explicativa nº 1 dependem de recursos financeiros.

Em 09 de agosto de 2017 conforme 2º termo aditivo a Companhia apresentou o seguro garantia no montante de R\$ 56.000 com vigência até 10 de agosto de 2018.

c. Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

21 Eventos subsequentes

Extinção da intervenção do Poder Concedente

A extinção da intervenção do Poder Concedente e retomada da gestão Companhia, conforme 2º termo aditivo ao contrato de concessão celebrado em 29 de novembro de 2016, foi determinada pelo decreto nº 6.315 de 13 de julho de 2017.

Desta forma, em 1º de agosto de 2017, mediante assembleia geral extraordinária, foi eleita a nova diretoria e alterada a razão social da Companhia para Águas Cuiabá S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto. Este ato societário está em processo de homologação nos órgãos competentes.

Conclusão do acordo de investimento

Em 17 de novembro de 2016 a controladora firmou Acordo de Investimento que, entre outras obrigações, estabeleceu a contribuição das ações detidas pela Galvão Participações S.A. (em recuperação judicial) a um Fundo de Investimento em Participações e a reestruturação da dívida do Grupo Iguá Saneamento S.A. junto as instituições financeiras.

Em 20 de julho de 2017, foram concluídos todos os atos do fechamento previstos no Acordo de Investimento. Desta forma, conforme Assembleia Geral Extraordinária, a controladora (i) passa a ter a denominação social Iguá Saneamento S.A.; (ii) aumenta seu capital social no montante de R\$ 255.915, mediante emissão de 69.169.768 mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal integralizadas através de aporte em moeda corrente no montante de R\$ 70.000 e de crédito detido pela Iguá Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia provenientes da conversão de dívidas da controladora no montante de R\$ 185.915, que passa a controlar a Iguá Saneamento S.A.. Desta forma, a composição do capital social da controladora passa a ser a seguinte:

	<u>Participação</u>
Iguá Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	84,18%
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	15,82%
Total	<u>100,00%</u>

Emissão e integralização de debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações

Em 5 de maio de 2017, a controladora emitiu 13.095.882 debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações, em série única, no montante total de R\$ 49.163, mediante transferência por dação de 20% do saldo devedor das debêntures da Companhia cedidas pelo Banco Votorantim S.A., apurado na data base de 31 de outubro de 2016, integralizadas em 21 de julho de 2017, passando a controladora a ser titular de 3.225 mil unidades do ativo CAB11 de 1ª emissão da Companhia. Esse crédito mantido pela controladora está em processo de integralização por meio do aumento de capital social na Companhia.

Aditivos aos contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures

Após a conclusão do acordo de investimento em 20 de julho de 2017, ficam efetivadas:

- a) O primeiro aditivo ao contrato de financiamento firmado em 14 de dezembro de 2016 entre a companhia e o BNDES, suspendendo a exigibilidade do pagamento de juros do subcrédito “A” até 15 de agosto de 2018 e do subcrédito “B” até 15 de novembro de 2017 bem como a exigibilidade dos pagamentos do principal da dívida relativa ao subcrédito “A” até 15 de agosto de 2019 e do subcrédito “B” até 15 de novembro de 2018 com a capitalização de juros e principal devidos no período;
- b) O segundo aditamento ao instrumento particular de escritura da primeira emissão de debêntures da Companhia firmado em 20 de julho de 2017, estabelecendo a incorporação dos juros ao valor nominal que passa a vencer em 15 de setembro de 2019 e alterando o vencimento da remuneração para 15 de setembro de 2018, ambos a liquidar em parcelas semestrais, com redução da sobretaxa para 3% e constituição da conta reserva e da conta pagamento a partir de 15 de março de 2018.

* * *

Composição da Diretoria

Presidente

Otávio Ferreira da Silveira

Vice – Presidente

Gustavo Fernandes Guimarães

Diretoria

Marcelo de Oliveira e Silva
André Henrique Vasconcelos Ferreira

Diretor de controladoria

Denilson de Paula Gonzaga

Contador

Leoci Benedito da Silva
CRC: MT-007204/O-5